

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária com 3.º Ciclo Abade de Baçal
Circulo: Bragança
Sessão: Secundário

## Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

A implantação da República em Portugal aconteceu a 5 de Outubro de 1910, tendo-se formado um Governo Provisório e eleito uma Assembleia Constituinte. O regime republicano adquiriu legitimidade constitucional e democrática com a aprovação da Constituição de 1911. Estabeleceu-se um regime democrático e pluripartidário, em que os valores da liberdade, justiça social, abolição dos privilégios e a educação nortearam a acção política. Os governos da 1ª República empreenderam várias reformas políticas, mas a instabilidade governativa dificultava a resolução dos problemas: a agricultura deficitária, o atraso industrial, o aumento do défice e a degradação económico-financeira. Apesar dos êxitos nos domínios da educação e cultura, o descontentamento abrangia todas as classes sociais.

A 28 de Maio de 1926 houve um golpe de Estado que instaurou uma ditadura militar e, posteriormente, um regime autoritário com um sistema unipartidário – o Estado Novo – consignado na Constituição de 1933. Os seus princípios eram o corporativismo, o colonialismo, o controlo político e ideológico, a defesa dos valores conservadores “Deus, Pátria e Família” e o culto da personalidade. Durante 48 anos, e apesar de terem sido equilibradas as contas públicas, não houve um desenvolvimento do país, pelo que muitos portugueses foram obrigados a emigrar. Além disso, as despesas com a guerra colonial em África não permitiram que as verbas fossem utilizadas em infra-estruturas e na educação, havendo a registar muito analfabetismo e um baixo índice de escolaridade.

Com a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, nasceu a esperança de democratizar, descolonizar e desenvolver o país. Restaurou-se a democracia e o sistema pluripartidário; as colónias portuguesas adquiriram a independência e o povo foi chamado a eleger os seus representantes para a Assembleia Constituinte (pela primeira vez por sufrágio universal) com vista à elaboração da Constituição de 1976, que institui a liberdade de expressão, a justiça, a educação, a saúde e a habitação para todos. Passados mais de 35 anos de democracia, e apesar de Portugal pertencer à União Europeia, verifica-se que continua a haver um atraso em relação aos seus parceiros europeus, a nível da educação, de cuidados básicos de saúde e justiça, de habitação condigna e bens de primeira necessidade, muito embora tivesse havido progressos, sobretudo em infra-estruturas. De entre os 27 países da União Europeia, o nosso

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

país é um dos mais pobres, existindo 1,9 milhões de pessoas (20%) que vivem abaixo do limiar da pobreza, na sua maioria no Norte. Além disso, o desemprego ultrapassa os 10%.

Por outro lado, verifica-se que há elevados índices de corrupção na política portuguesa, prejudicando o normal desenvolvimento do país e a consolidação democrática.

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Combater a corrupção no sistema democrático da seguinte forma:

- a. Limitar o número de mandatos no Governo, na Assembleia da Republica e demais órgãos onde os agentes são eleitos a apenas 2 mandatos;
- b. Proceder a alterações no Código Penal e Código de Processo Penal de forma a eliminar todos os constrangimentos no momento da investigação e na efectiva produção de prova;
- c. Impedir o acesso ao exercício de qualquer cargo político a quem não tenha exercido uma actividade profissional durante o tempo correspondente ao do cargo que se propõe exercer, exceptuando o de jovens com idade inferior a 25 anos, mas apenas durante um mandato.
- d. Impedir o acesso a qualquer cargo na administração pública de todos os agentes a quem o poder judicial considere culpados de actos praticados no âmbito das suas funções públicas.

2. Legislar no sentido de criar círculos eleitorais uninominais, reduzir o número de deputados para um número compreendido entre os 120 e os 150 e reduzir, também, o número de Juntas de Freguesia por Concelho, no sentido de economizar e otimizar recursos financeiros.

3. Implementar a regionalização com a criação de seis regiões autónomas: Trás-os-Montes, Beira Interior e Alto Douro; Minho e Douro Litoral; Centro – Beira Baixa e Beira Litoral; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve.